



Juíza,

Nancy Hernández López

Costa Rica

Cargo atual

Juíza, Presidenta da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Resumo

Jurista com mais de 30 anos de experiência judicial, professora universitária, especialista em direito constitucional, direitos humanos, direito público, magistrada titular da Sala Constitucional da Suprema Corte de Justiça da Costa Rica. Participou da elaboração de importantes projetos de lei em matéria de direitos humanos e em favor de populações em estado de vulnerabilidade, como pessoas privadas de liberdade e portadoras de HIV-AIDS. Suas sentenças refletem o compromisso com os direitos humanos, incluindo o casamento igualitário, a paridade horizontal em favor dos direitos políticos das mulheres (que resultou em um dos maiores percentuais de mulheres deputadas na Assembleia Legislativa atualmente), além de questões sobre tortura e abuso policial contra detidos. Sua experiência abrange as áreas jurisdicional, acadêmica e prática.

Idiomas

Espanhol: Língua materna.

Inglês: Domínio completo.

Educação

- | | |
|------|--|
| 2008 | Mestre em Direito Público • Universidad de Costa Rica
Mestrado em Direito Público da Universidad de Costa Rica. Graduação com Honras. |
| 1998 | Mestre em Direito Tributário • Universidad para la Cooperación Internacional
Mestrado em Direito Tributário da Universidad para la Cooperación Internacional.
Menção honrosa em sua tese de graduação. |
| 1987 | Bacharel em Direito • Escuela Libre de Derecho
Bacharelado em direito com título Suma Cum Laude, Escuela Libre de Derecho. |
-



Experiência

- 2013 - 2021 Magistrada Titular da Sala Constitucional • Corte Suprema de Justiça
- Desde dezembro de 2013 até o presente é Magistrada Titular da Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça da Costa Rica.
- 2009 - 2013 Diretora do Gabinete do Presidente da Corte • Corte Suprema de Justiça
- Trabalhou para dois Presidentes da Corte Suprema de Justiça, Dr. Luis Paulino Mora (q.D.g) e Msc. Zarela Villanueva Monge. Seu trabalho concentra-se em assuntos políticos da administração judicial, em particular a promoção de programas de reforma judicial, transparência e combate à corrupção.
- 1999 - 2013 Assessora do Presidente da Corte Suprema de Justiça • Corte Suprema de Justiça
- Assessora do Presidente da Corte Suprema de Justiça, Dr. Luis Paulino Mora Mora, encarregada do estudo e tramitação de *habeas corpus*, *amparos* e ações de inconstitucionalidade, além de assuntos próprios da função política do Presidente da Corte, com ênfase no processo de reforma judicial, transparência e combate à corrupção. Exerceu ambas as funções (assessora jurídica e Diretora de Gabinete do Presidente da Corte) em virtude da dupla função exercida pelo Dr. Mora Mora como Presidente da Corte e Magistrado da Sala Constitucional.
- 1999 - 2013 Assessora Jurídica da Sala Constitucional • Corte Suprema de Justiça
- Assessora Jurídica da Sala Constitucional designada para o Gabinete do Presidente, com responsabilidade sobre estudos de Ações de Inconstitucionalidade e Consultas Legislativas.
- 1990 - 1992 Assessora Jurídica • Dr. Rodolfo Piza Escalante
- Assessora Jurídica do Dr. Rodolfo Piza Escalante (Ex-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos entre 1979 e 1981).
- 1990 - 1992 Assessora Jurídica • Ministério da Justiça
- Assessora Jurídica do Ministro da Justiça, com responsabilidade sobre a Defensoria dos Direitos Humanos do Sistema Penitenciário Nacional. Encarregada de garantir a vigência dos direitos fundamentais dos presos (primeira mulher a ocupar esse posto).

Experiência Docente

- 1999 - 2009 Professora da matéria direitos fundamentais e Jurisdição Constitucional da Universidad La Salle.
- 2010 - Presente Professora dos cursos de Mestrado em Direito Constitucional, Direito Público e Ciências Penais da Universidad de Costa Rica.

Legislação Promovida

Corredora da Lei para a proteção das pessoas com HIV-AIDS.

Corredora do Código da Infância e Adolescência.

Promotora e Corredora da reforma do artigo 168 do Código Eleitoral para permitir a instalação de mesas de votação em centros penitenciários e garantir o direito ao sufrágio dos condenados (proteção de minorias).

Corredora do Projeto de Lei de Proteção de Vítimas e Testemunhas, apresentado pelo Poder Judiciário à Comissão de Alto Nível do Poder Executivo.

Redatora das Reformas à Lei de Armas, para a Comissão de Direito Internacional Humanitário.

Corredora das Regras de Acesso à Justiça dos Povos Indígenas.

Corredora de Reformas aos artigos 22 e 25 da Lei de Punição da Violência contra as Mulheres.

Reformas à Lei de Jurisdição Constitucional, Comissão da Ordem dos Advogados.

Redatora do Regulamento para a Regulação dos Conflitos de Interesse no Poder Judiciário 2017.

Outros cargos em Defesa dos Direitos Humanos

1990-1992	Membro da Comissão Nacional de AIDS Seu trabalho concentrou-se na luta contra a discriminação das pessoas com HIV-AIDS, especialmente no acesso a medicamentos retrovirais e na redação do primeiro projeto de Lei de HIV-AIDS, em associação com a Defensoria dos Habitantes.
1988	Consultora da Organização Pan-Americana da Saúde Consultora da Organização Pan-Americana da Saúde em matéria de AIDS em prisões, no tema do tratamento dos presos com HIV-AIDS.
1997-1998	Membro da Comissão Redatora • Código da Infância e Adolescência Membro da Comissão redatora que elaborou o Código da Infância e Adolescência à luz dos novos princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança.
1990	Cofundadora e Vice-Presidenta • Associação de Direito Constitucional da Costa Rica Cofundadora e Vice-Presidenta (desde 2014) da Associação de Direito Constitucional da Costa Rica.
1995	Professora • Escola Judicial da Corte Suprema de Justiça Capacitação de juízes sobre a legislação internacional de proteção dos direitos fundamentais e de direito constitucional.



1993-1998	<p>Fundadora e Coordenadora • Boletim de Jurisprudência</p> <p>Fundadora e Coordenadora do Boletim de Jurisprudência da Sala Constitucional para a difusão e promoção dos direitos humanos.</p>
2000	<p>Colaboradora • Revista de Direito Constitucional</p> <p>Colaboradora da Revista de Direito Constitucional Costarricense.</p>
2005 - 2009	<p>Membro • Grupo Civitas</p> <p>Membro do Grupo Civitas Costa Rica, para a promoção do ensino das liberdades públicas nas escolas nacionais.</p>
2007 - 2009	<p>Membro • Subcomissão de Assuntos Indígenas</p> <p>Membro da Subcomissão de Assuntos Indígenas do Poder Judiciário.</p>
2005 - 2011	<p>Membro • Comissão de Direito Internacional Humanitário</p> <p>Membro da Comissão de Direito Internacional Humanitário como representante do Poder Judiciário, encarregada de garantir a implementação do Direito Internacional Humanitário e sua incorporação ao direito interno.</p>
2012- 2014	<p>Membro • Comissão do Colégio de Advogados</p> <p>Membro da Comissão do Colégio de Advogados que estuda as Reformas à Lei sobre Jurisdição Constitucional.</p>
2014 - Presente	<p>Vice-Presidenta • Associação Costarricense de Direito Constitucional</p> <p>Desde 2014 é Vice-Presidenta da Associação Costarricense de Direito Constitucional.</p>
2020	<p>Representante • Comissão de Veneza</p> <p>Representante da Sala Constitucional perante a Comissão de Veneza.</p>
2021	<p>Membro • Comitê Editorial “Anuário de Direito Constitucional Latino-americano”</p> <p>Membro do Comitê Editorial da publicação “Anuário de Direito Constitucional Latino-americano”.</p>



Publicações e outros artigos

“Una muerte Digna”, publicado no Livro: El Juez y la defensa de la Democracia: un enfoque a partir de los Derechos Humanos, Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 1993.

“El Derecho Internacional y su Influencia en la Jurisdicción Constitucional Costarricense”, publicado no Livro: La Jurisdicción Constitucional y su Influencia en el Estado de Derecho, Editora EUNED, 1996.

Livro: El cierre de negocios en el ordenamiento jurídico, IJSA, 1998.

Una Justicia de cara a la sociedad, em parceria com Mora Mora Luis Paulino, ILSA (Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos), junho de 2000.

Justicia y Desarrollo: La Justicia como Centro del Proceso de Reforma del Estado. Revista de Ciencias Jurídicas 105 (separata), San José, Costa Rica, dezembro de 2004.

Tese: La Reforma del Poder Judicial en Costa Rica: Análisis a la Luz del Principio de Justicia Democrática. Apresentada ao Sistema de Estudos de Pós-graduação (SEP) UCR. Maio de 2008.

Las garantías judiciales a la luz de las sentencias de la Corte de Derechos Humanos y análisis del caso LOAYZA TAMAYO VS PERU, para o V Curso Internacional à Distância Direito Internacional dos Direitos Humanos, Academia da Magistratura, Peru, agosto 2006.

“La Libertad en la Constitución de 1949”, publicado no Livro Constitución y Justicia Constitucional, Escola Judicial, Poder Judiciário, novembro de 2009.

Proyecto: Diagnóstico de Fortalezas y Debilidades del Organismo de Investigación Judicial (2017).

Proyecto de recopilación de sentencias de habeas corpus y amparo desde 1918-1989, Corte Suprema de Justiça. (2019).

Proyecto: Diagnóstico de fortalezas y debilidades del Poder Judicial en materia de corrupción, con miras a fortalecer la institución contra la penetración del crimen organizado (2104-2019).

Outros artigos

La Consulta preceptiva de Constitucionalidad, Escola Judicial, 1995.

Artigos de jornais

¿Justicia al mejor postor?, La Nación, quinta-feira, 19 de agosto de 2004.

Reafirmación de Valores (Sala Constitucional: guardiana de los más sagrados valores costarricenses), La Nación, segunda-feira, 27 setembro de 2004.

Los derechos de los reclusos, La Nación, 19 de janeiro de 1989.

La Reforma Penitenciaria, La Prensa libre, 17 de março de 1988.

Desplazamiento del poder hacia los jueces, 22 de de junio de 2015, LA NACIÓN.



Reconhecimentos

Certificado de Honra ao Mérito com ocasião do XV Aniversário da Sala Constitucional.

Certificado de Agradecimento, Sala Constitucional, 27 de setembro de 2004.

Certificado de Mérito Judicial, 1 de outubro de 2012.

Reconhecimento do Colégio de Advogados por 25 anos de exercício profissional, 21 de maio de 2012.

Prêmio Bhúo da Escuela Libre de Derecho 2014, distinção concedida aos defensores da liberdade.

Reconhecimento ao Mérito por 30 anos de serviço no Poder Judiciário (concedido aos funcionários sem sanções ou observações em seu expediente) outubro de 2020.

Reconhecimento da Embaixada dos Estados Unidos da América e do National Center for State Courts pelo trabalho em defesa do fortalecimento do sistema de combate à corrupção do Poder Judiciário (9 de dezembro de 2020).



Corte IDH
Protegendo Direitos

Corte Interamericana de Derechos Humanos